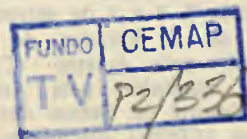


anistia

órgão oficial do Comitê Brasileiro pela Anistia - nº 1



uma luta nacional

Em finais de setembro, os representantes do regime militar instalado no país desde abril de 1964 sorriam satisfeitos: promulgaram-se as chamadas Reformas. Segundo os defensores da ditadura, "é o primeiro passo para o aperfeiçoamento democrático do regime". A dita democracia relativa, aos poucos e brutalmente, revelou seu caráter: democracia de riqueza e corrupção para as classes dominantes, democracia de fome e opressão para os trabalhadores. Democracia de sangue e violência.

Suprimindo as mais elementares liberdades democráticas, o golpe político-militar de 1964 foi criando condições para agravar, e cada vez mais, a exploração econômica a que estava submetida a população brasileira. Com este objetivo organizou um sistema de leis, ditadas ao sabor das circunstâncias, preparou um aparelho repressivo dotado de vultuosas verbas e total autonomia e, para sufocar o protesto do povo aprimido, a ditadura valeu-se de todas as formas de repressão política e policial, da cassação de mandatos às torturas físicas, do fechamento do Congresso e dissolução dos Partidos à intervenção nos Sindicatos, da invasão de Universidades à expulsão de professores. Tudo foi proibido e por isso todos foram punidos.

Ao longo desses catorze anos e meio, o povo brasileiro sentiu de perto e na carne as consequências deste regime. E todos aqueles que a ele se opuseram sentiram a violência própria das ditaduras militares: deputados tiveram seus mandatos cassados, militares foram expulsos das Forças Armadas, professores expulsos das Universidades, cientistas impedidos de trabalhar, operários, estudantes e intelectuais foram violentamente perseguidos e, uma vez presos, torturados e muitos deles mortos. Este é o saldo que nos lega a democracia relativa. Esta é a verdadeira história destes últimos catorze anos. Aínde hoje, nos cárceres e no exílio, muitos brasileiros pagam o preço de sua luta contra a exploração do povo, enquanto, entre nós, várias famílias procuram em vão por aqueles que desapareceram nas mãos dos órgãos de repressão, covardemente mortos na tortura.

Hoje o perigo ainda existe. Mas aos poucos, a sociedade brasileira começa a reagir contra o arbítrio e a violência, aos poucos os trabalhado-

res reagem contra o arrocho salarial a que está submetida a classe trabalhadora, aos poucos o povo reage e exige seus direitos. E a Anistia é um deles.

No conjunto das lutas hoje travadas por parcelas cada vez mais significativas da população, cresce a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Se no dicionário Anistia quer dizer esquecimento, impunibilidade e fim da condenação por atos anteriormente praticados, hoje ela adquire um significado maior. Anistia é a libertação de todos os presos políticos, a volta de todos os exilados e banidos, a readmissão dos cassados, a recuperação de todos os direitos civis e políticos de quem os teve cassados ou suspensos, reintegração dos quadros civis e militares punidos pelos atos de exceção. Mas de que adianta a libertação dos presos e a volta dos exilados e banidos se o aparelho de tortura permanecer intacto? De que adianta se a legislação ilegítima criada pela ditadura continuar atuante e impedindo a livre manifestação do povo brasileiro? Anistia, hoje, é também o fim da perseguição política, o fim da legislação repressiva, o desmantelamento de todo o aparelho repressivo e a apuração das responsabilidades impostas àqueles que lutaram contra a exploração do povo brasileiro.

O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, é uma entidade que luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Isto quer dizer que em nossa luta não distinguimos entre os que se opuseram de forma mais ou menos radical ao regime. O que afirmamos é a ilegitimidade das punições. A violência do regime atingiu a todos, indiscriminadamente, brutalmente, e por muito tempo. Não são as promessas vagas o caminho para a prometida Democracia. Não é a imposição de Reformas inegociáveis o procedimento de um regime que se pretende, no futuro, democrático. A Anistia é, ela sim, "o primeiro passo para o aperfeiçoamento democrático do regime". A Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, entende que a conquista da Anistia ampla, geral e irrestrita será fruto de uma luta longa e árdua. Quem a conquistará será o povo brasileiro, em sua luta cotidiana, em seu esforço de se or-

ganizar para defender seus interesses, em seu trabalho organizado nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros, nas escolas, nas associações, nas diversas entidades de classe. A luta pela Anistia é uma luta que deve, cada dia mais, se tornar uma luta popular.

É denunciando permanentemente as prisões e perseguições políticas, é lutando pela liberdade de organização e expressão, é defendendo o direito de livre expressão do pensamento que lutamos pela Anistia. A luta pela Anistia é a luta pela defesa da integridade de todos os que participam do esforço de reconstruir as entidades representativas do povo brasileiro, de todos que hoje estão lutando por melhores condições de vida e trabalho para toda a população e por liberdades democráticas.

O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, avaliando o quadro político atual, entende que efetivamente vêm ocorrendo mudanças. O habeas-corpus será restaurado. A pena de morte, a prisão perpétua e o banimento serão extintos. Estas mudanças são pequenas conquistas da luta que trava hoje o povo brasileiro. Mas que estas mudanças são insuficientes, é claro para todos. Mudanças que ainda permitem a manutenção do arbítrio e, como se não bastasse, apatíbria e sua legitimação. Mas uma coisa é clara: por mais que se criem leis e decretos para legalizar a situação política da ditadura, esta nunca será

legítima enquanto não considerar a vontade popular. Enquanto por um lado representantes do governo aceitam com "aberturas", por outro baixam o decreto proibindo as greves, legítimo instrumento dos trabalhadores. Se de um lado prometem liberalização, por outro o seu braço clandestino age impunemente, colocando bombas, ameaçando e sequestrando pessoas. É preciso pôr um fim a estes atos de violência contra o povo brasileiro. Mas a ditadura já deixou bem claro que a ela não interessa nem a liberdade nem a livre manifestação da vontade popular.

A luta pela Anistia avança. Hoje, em todo país, organizam-se Comitês pela Anistia. O Movimento Feminino pela Anistia, que de maneira pioneira e corajosa levantou a bandeira, as Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos, o Comitê Brasileiro pela Anistia, em diversos Estados e em diversas cidades, articulam a defesa do povo brasileiro contra a Ditadura. É preciso lutar organizadamente, criando e fortalecendo entidades, reunindo setores que ainda atuam isolados. Só a livre organização de toda a população pode ser um instrumento de conquista de seus interesses. O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio de Janeiro, no ato de lançamento de seu boletim, conclama todos os setores da população a se organizarem para a conquista da ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

participe do I congresso nacional pela anistia

Organizados em núcleos estaduais as entidades que lideram a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita convocam a população para o I Congresso Nacional pela Anistia a se realizar do dia 2 ao dia 5 de novembro, em São Paulo, com a participação de amplos setores da sociedade brasileira.

O I Congresso Nacional é resultado do crescimento da luta que vem sendo travada por todos aqueles que não mais admitem a repressão de um regime que supri-

miu seus mais elementares direitos políticos e que procura impedir de todas as formas que os diversos setores sociais se organizem e se manifestem livremente.

A luta pela liberdade dos presos políticos e pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita está intimamente ligada a conquista da liberdade, direitos políticos e melhores condições de vida e trabalho de todo o povo brasileiro. Participe mobilizando pessoas, grupos e entidades, (pág. 2)

congresso foi tema da reunião de salvador

O movimento nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita deu mais um passo no sentido de sua ampliação e unificação com o encontro de Salvador, fortalecendo a organização a nível nacional iniciada em julho na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e sediada nas reuniões seguintes de Brasília e do Rio.

Durante os dias 7, 8 e 9 de setembro, representantes de 15 Estados do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) discutiram especialmente a organização do Congresso nacional que ocorrerá nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro, em São Paulo.

A importância do Congresso reside no fato de que ele dará novo impulso ao movimento, estabelecendo uma direção política comum às lutas travadas hoje pelas diferentes entidades e contribuirá para a ampliação da luta pela anistia transformando-a numa reivindicação de todo o povo. Dessa forma, o movimento adquirirá iniciativa própria e além de denunciar o recrudescimento da repressão terá condições de impedir que ela atinja impunemente todos os que lutam hoje por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas.

Foi eleito um Núcleo Nacional para a preparação do Congresso, formado por representantes das seções do CBA do Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia e da direção do MFPA, de São Paulo, e da seção de Pernambuco, ten-



do sido marcada a primeira reunião preparatória para início deste mês, no Rio.

O trabalho de preparação será desenvolvido nos Estados através de discussões sobre a situação dos exilados, contatos com outras entidades e participação no processo eleitoral, buscando-se comprometer os candidatos que assumiram a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. No plano internacional, serão convidadas a participar as entidades que lutam pela anistia e pelos direitos humanos para que elas sejam informadas sobre a situação no Brasil e tragam informações sobre as discussões travadas no exterior.

Continuam as discussões nos Estados sobre a realização do Dia Nacional contra o recrudescimento da repressão, idéia lançada pela primeira vez na reunião de Brasília.

Nos debates de Salvador sobre a volta dos exilados alguns aspectos foram definidos mas a questão está sendo discutida em todos os Estados para que se chegue a uma posição comum. Os representantes concordaram que ainda não há condições para o retorno em massa de todos os que estão fora. Isso porque falta um levantamento detalhado sobre a situação jurídica de cada um dos exilados e não existe bastante articulação interna e externa para a coleta de da-

dos, problema que poderá ser superado com a realização do Congresso. Outro fator negativo é a ausência de discussões com os exilados e a troca de informações.

Todos concordaram em apoiar os exilados que decidirem vir através de assistência jurídica e ampla divulgação em todos os meios de comunicação. Ficou muito claro que embora não caiba às entidades decidir pelos exilados, o movimento unificado pela anistia tem condições de formular uma política para o seu retorno e influir nas decisões uma vez que os contatos e as discussões se tornem mais frequentes. As entidades que lutam pela anistia também não têm condições para oferecer garantia total aos que voltarem. Isso só será possível, de acordo com algumas posições, com o fim das prisões e perseguições políticas, o desmantelamento de todos os aparelhos repressivos, o que significa que a luta pela anistia está ligada à luta geral pela conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida e trabalho.

Segundo outras posições, o retorno progressivo dos exilados e banidos contribuirá para o fortalecimento do próprio movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, criando condições para volta de todos.

uma vida ligada à anistia

Augusto Henrique Maria d'Aurelle Olivier faleceu no dia 1.º de setembro — uma vida sempre ligada à anistia. Em depoimento prestado ao "Caderno da Anistia" (Editora do Jornal Movimento, abril de 78), Ollivier contou sua vida, as duas vezes em que foi afastado do Exército, as anistias de que se beneficiou e a participação na campanha de 1945, bem como as demais perseguições políticas que sofreria. Agora, atingido pelo AI-5, aguardava novamente a anistia para restituir "os direitos que me foram roubados".

Foi no posto de aspirante, servindo em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, que Ollivier assistiu a revolução de 30. Já compartilhando com os ideais democráticos que então grassavam nas Forças Armadas, aderiu em 1935, à Aliança Nacional Libertadora — frente única anti-fascista que então se formara. Neste tempo era primeiro tenente, servindo como instrutor na Escola Militar

de Realengo, no Rio. Muito embora não tivesse tomado parte na insurreição nacional libertadora daquele ano, Olivier foi perseguido e teve de abandonar o Exército.

Viveu todo o período do Estado Novo na clandestinidade, tendo sido condenado, à revelia, a 3 anos e 10 meses de prisão. Com a anistia geral de 45, de cuja campanha participou, e foi por ele entendida como "um dos grandes movimentos de massa a que o Brasil já assistiu", Ollivier tentou reaver seus direitos. Mas os vícios daquela anistia, que subordinava o retorno de militares à ativa a um parecer favorável de comissões de nomeação do Presidente da República, impediu sempre a reversão.

Com a anistia geral de 1961 pode Ollivier, mais uma vez, reivindicar o que tinha direito. Por anos arrastou-se o seu processo administrativo, até que finalmente, através de um mandato de segurança junto ao STF, obteve ganho

de causa e foi reintegrado na reserva das FFAA em janeiro de 1970, no mesmo posto do qual tinha sido afastado 35 anos antes: 1.º tenente. Poucos dias depois Ollivier foi preso, passando quase todo o ano nos cárceres políticos. Julgado, foi absolvido em todas as instâncias, mas de nada adiantou: em dezembro de 70 o AI-5 lhe cassava o posto de tenente da reserva.

No depoimento citado, Ollivier falou sobre a luta pela anistia em 45: "A campanha da anistia surgiu na luta contra o fascismo, e tomou conta de todo o território nacional. Foi um dos grandes movimentos de massa a que o Brasil já assistiu, só comparado, talvez, ao movimento da Aliança Nacional Libertadora."

Sobre a anistia de 61;

"Nós criamos uma Comissão de Luta pela Anistia, encabeçada pelo nosso velho amigo Antonio Rollemberg, já morto, e que teve um apoio muito grande e que ajudou-nos a conseguir com que eles movimentassem todos os nossos processos."

Sobre as duas cassações:

"A minha prisão foi em janeiro de 70. Dia 5 eu recebi o benefício de reincorporação no Exército. O ministro tinha baixado o decreto de minha reforma (reincorporação com reforma) e no dia 10 ou 12 eu fui preso. Aí vai até setembro, quando fui solto e, em dezembro fui cassado de novo, agora pelo AI-5. A primeira vez eu perdi a patente por ter sido implicado no movimento de 35. Essa foi a minha primeira cassação. Em 70, sou cassado de novo, isto é, demitido e expulso do exército sem nenhuma razão."

Sobre o que esperava da anistia hoje

"Da anistia eu espero readquirir aqueles direitos que me foram roubados, sem que para tal eu tivesse corrido, porque não tive nenhuma participação que pudesse ser caracterizada como crime. A anistia é uma autocrítica daqueles que precisam ser anistiados pelas brutalidades que cometeram e que, inclusive, levaram a uma situação em que todo o povo precisa ser anistiado."

bula para sonâmbulos

Quando a baioneta cala
o sentimento grita
quando a baioneta grita
o sentimento culpa.
Quando a boca articula
a emoção esconde
quando a emoção explode
o dente morde as melhores paisagens.
Quando estou só em minha cela
e a noite por enfrentar é longa
tomo um bonde qualquer
que eu invento, toco p'ra Santa Teresa
nos sonhos dos outros
sou pingente.

entidades que lutam pela anistia no Brasil

O CBA tem atualmente seções em 6 Estados: Goiás, lançamento de campanha pública de assinaturas com mesas e megafones; Bahia, campanha pública de assinaturas com panfletagens, lançamento de livro e show para angariar fundos, articulação de comício e participação no Trabalho Conjunto, que reúne 63 entidades; Rio, articulação do Dia Nacional de Luta contra o recrudescimento da repressão; São Paulo, Parana (Lourina).

O MFPA tem seções em 7 Estados: R.G. do Sul, campanha pública de assinaturas, atos públicos, luta pela libertação dos presos e organização da Viagem de familiares e amigos para o julgamento, campanha para mandar um

dos presos, que ficou cego devido às torturas, à Inglaterra onde será operado, pela 9.ª vez; Pernambuco, participação das lutas dos presos de Itamaracá e pela libertação de Cajá (Edval Santos), campanha pública de assinaturas; Paraíba, participa da questão de terras em Alagamar; Ceará, campanha pública de assinaturas.

O CDDH tem seções em 3 Estados: Pará, luta contra a apreensão do jornal Resistência; Mato Grosso, campanha pública de assinaturas, participação no problema de terra e na questão dos índios; Bahia, (Feira de Santana), lançamento de livro com a presença de 2.500 pessoas e do Bispo da região, campanha pública de assinaturas.

questão eleitoral e luta pela anistia

Muitos candidatos incluíram em seu programa eleitoral a questão da anistia. Apesar da diversidade de posições e das diferenças políticas essenciais — anistia parcial, anistia recíproca, anistia ampla, geral e irrestrita etc. — existe entre eles um ponto em comum: todos consideram que no atual Parlamento pode-se travar uma luta conseqüente. Isso nos leva, naturalmente, a colocar em discussão duas questões políticas de ordem geral: quais são as condições de luta dentro do Parlamento da ditadura militar? Em que consiste exatamente a luta pela anistia hoje? A atualidade impõe respostas imediatas e por isso deixaremos de lado o combate a certos políticos que mal conseguem dissimular seu oportunismo eleitoral porque o próprio movimento real se encarregará de desmascará-los. O que nos interessa hoje é definir o espaço, ou melhor, os limites do Parlamento ditatorial quando se trata de defender a posição mais conseqüente: anistia ampla, geral e irrestrita e desativação dos órgãos repressivos.

Para que uma discussão tenha resultados práticos é preciso partir de bases claras, isto é, definir corretamente a situação concreta e o momento em que se dão as eleições. Mas antes, para evitar falsas polarizações, um esclarecimento é necessário: ao assumirmos uma posição crítica, não estamos excluindo,

por princípio, a participação no Parlamento, e muito menos queremos dizer que o Parlamento está hoje superado politicamente. Trata-se, isso sim, de discutir se é correto ou não criar ilusões de participação específica no Parlamento da ditadura militar, onde os deputados populares estarão inevitavelmente condenados a atuar dentro dos estreitos limites impostos pela vontade militar, submetidos aos princípios da fidelidade partidária, dos pacotes e outros instrumentos que a imaginação criadora saberá certamente descobrir em momentos oportunos.

Os candidatos populares partem de uma incorreta análise da conjuntura ao imaginarem que hoje é possível às forças populares ocuparem um espaço no Parlamento. Não vêm que o movimento popular ainda não conseguiu superar a fase de defensiva e que apenas começa a se organizar. A correlação de forças caracteriza-se ainda pelo predomínio do poder militar, e é extremamente desfavorável até mesmo para a oposição liberal e seu projeto de substituição da ditadura por militares e civis mais esclarecidos e por métodos um pouco menos grosseiros e ditatoriais. A crescente "votação" pelo Congresso das reformas de Geisel serve de bom exemplo para mostrar os limites impostos à própria burguesia liberal, e o que pode esperar um candidato popular conseqüente. "O

problema é que estivemos às vésperas de mais um inverno, e dos mais terríveis, caso o dono maior do poder fosse contrariado em suas determinações" — diz um artigo do jornal "Estado de São Paulo" de 22 de setembro — "... O presidente explodiu diante da hipótese de ser contrariado, e, se o Congresso porventura tivesse aprovado a emenda Accioly Filho (acabar com a figura dos "biônicos") não assistiríamos ao advento da primeira política, mas à alborada do novo ciclo de exceção e de arbítrio, já que o próprio decreto palaciano colocando o legislativo em recesso se encontrava esboçado. Era votar segundo o Olimpo ou arriscar-se aos seus raios inexoráveis". Ironias de primaveras políticas à parte, o certo é que numa matéria política que, se aprovada, não chegaria a abalar os alicerces da ditadura, a oposição teve de se comportar mais uma vez de formas reverentes e genuflexas. É de se supor, portanto, que um deputado popular — para ser conseqüente com o programa eleitoral — certamente não programaria sobreviver num parlamento ditatorial ao defender a anistia que queremos: ampla, geral e irrestrita, o desmantelamento dos órgãos repressivos e a apuração de responsabilidades sobre torturas e desaparecimentos. Ora, qualquer pessoa sabe que os aparelhos repressivos — DPPS, CODIS, DOIS, etc. —, e ainda o Parlamento garroteado são instrumentos e condição de existência e garantia da ditadura. Trata-se de saber se um parlamento, heroicamente isolado, terá condições de defender um programa de derrubada da ditadura e apresentar uma alternativa popular. Agitar pura e simplesmente a bandeira da anistia, sem combiná-la com a luta geral pelas reivindicações mais caras ao povo, tornar-se uma ação puramente propagandista.

Os candidatos populares cometem outro erro de avaliação ao acreditarem que a ditadura enfrenta uma crise insolúvel a curto prazo e por isso poderão contar com as brechas no próximo Parlamento

para defender, de forma conseqüente, uma alternativa popular. Ora, a realidade demonstra e o bom senso comprova que a crise da ditadura militar é apenas parcial. A crise de autoritarismo começa a ser superada e é evidente que o projeto de readequação da ditadura, proposto pelo trio Geisel-Golbery-Figueiredo, transforma-se de maneira "lenta, gradual e segura", no projeto hegemônico das classes dominantes. De forma nem tão lenta, nem propriamente gradual, setores do empresariado, da sociedade civil e até mesmo alguns emedebistas se apressam a dizer que, não sendo o desejado, o projeto Geisel é pelo menos o possível. Isso leva a crer que os candidatos populares, sem se constituírem numa bancada com poder efetivo e sem o respaldo de um partido e um movimento de massas fortemente organizados, tenderão, no mínimo, a serem marginalizados no Parlamento.

Com essa prática, mesmo os candidatos que tentam não canalizar apenas para o Parlamento a questão da anistia, os quais o Comitê Brasileiro Pela Anistia deve reforçar, estimulam junto às massas ilusões parlamentaristas.

A luta pela anistia deve ser, portanto, parte de uma luta mais geral de derrubada da ditadura. Ela só será realizada inteiramente quando os setores populares organizados tiverem condição de defender uma alternativa própria. Está claro, portanto, que o principal de sua luta se dá hoje fora dos aparelhos de Estado. Para que se torne conseqüente, ela tem que ser organizada de forma independente e sem os limites e as ilusões impostas pelo aparato das classes dominantes. Através da mobilização e da organização pela base — comitês pela anistia nas associações classistas, nos bairros populares, nas fábricas — enfraquecemos os instrumentos políticos da ditadura e ao mesmo tempo acumulamos forças para a construção de formas autônomas do movimento popular. Em síntese, jamais devemos esquecer que a anistia tem o caráter de classe.



Presidência Calavera Bruce

desaparecidos

No último dos grandes processos políticos aforados na Justiça Militar, este há quase uma década, foram julgados nos dias 19 e 20 de setembro 63 pessoas acusadas de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Oito desses acusados não compareceram à 2.ª Auditoria de Marinha — estão desaparecidos.

Desde 1974 seus familiares, companheiros e amigos, além das instituições ligadas à defesa dos direitos humanos vêm buscando um pronunciamento oficial que esclareça as circunstâncias que cercaram tais desaparecimentos. Mais um passo nessa luta foi dado com o requerimento ao Conselho Permanente de Justiça, de abertura de inquérito para apuração, desses fatos, feito pelos advogados dos acusados.

Ainda desta vez as esperanças depositadas nesse encaminhamento redundaram em frustração. O Conselho Permanente de Justiça à unanimidade de votos indeferiu o pedido, declarou a revelia e os

absolveu. Tantas e tão graves são as denúncias de violência praticadas contra os acusados que o Conselho não pôde se furtar em deferir o pedido de apuração das torturas sofridas por Dimas Perin já que nos autos existem evidências indiscutíveis de "maus tratos na fase inquisitorial".

O Comitê Brasileiro pela Anistia insiste em considerar verdadeiros os dados colhidos sobre esses desaparecimentos e, ao mesmo tempo que denuncia, vem prestar homenagem aos nossos mortos.

Os oito "desaparecidos" são:

João Massena Melo — Metalúrgico. Ex-Deputado pelo antigo Estado da Guanabara, eleito em 1962. Sequestrado na cidade de São Paulo em 15 de março de 1974.

David Capistrano da Costa — Ex-Deputado pelo Estado de Pernambuco, eleito pelo PCB em 1945. A partir de 1964 é

seguido pelos órgãos de segurança, acusado de pertencer ao PCB, exila-se em Uruguiana, vindo a desaparecer, juntamente com José Roman e o carrão em que viajavam, no percurso entre Uruguiana e São Paulo, no dia 16 de março de 1974.

Luiz Inácio Maranhão Filho — Ex-Deputado pelo Rio Grande do Norte. Professor da Universidade do Rio Grande do Norte. Esteve preso em 1964, acusado de pertencer ao PCB. Denunciou torturas sofridas na prisão ao General E. Geisel, então Chefe da Casa Militar do Presidente Castelo, que percorreu prisões para apurar a veracidade de tais denúncias. No dia 3 de abril de 1974, quando o mesmo Gal. Geisel assumia a Presidência da República, foi sequestrado na cidade de São Paulo.

Jayme Amorim de Miranda — Advogado e jornalista. Foi diretor do jornal

A VOZ DO POVO, de Maceló. Desapareceu na cidade do Rio de Janeiro no início de junho de 1974.

Ithair José Veloso — Mineiro. Líder sindical da construção civil, saiu de casa às 7h e 30m da manhã do dia 22 de novembro de 1975 e não mais foi visto por seus familiares.

Orlando Rosa Bonfim Junior — Advogado e jornalista, foi diretor do jornal IMPRENSA POPULAR, do semanário NOVOS RUMOS, tendo passado à clandestinidade em 1964. Perseguido pelos órgãos de segurança foi sequestrado no Rio de Janeiro em julho de 1975.

Hiram Lima Pereira — Pernambucano, desapareceu no rio de Janeiro em fevereiro de 1975.

Elso Costa — Desapareceu em 1975, segundo depoimento de Marco Antonio Coelho perante o Conselho da 2.ª Auditoria de Marinha.

notas. presos políticos. notícias

de dentro

Explicar o isolamento, o correr monótono dos dias, a relação forçada, fechada, quase cinco anos a fio, das duas mesmas pessoas... A distância. As visitas dificultadas. Nossa história é comum. Bangu é apenas mais uma prisão política. Há muitos anos habitamos essa casa dos mortos.

Há tantos que é até comum ouvirmos. "você já deve estar acostumadas". Como se isso fosse possível. Não queremos isso. Daí nossa luta, nossas repetições que podem soar chatas e monótonas. O dia em que nos acostumarmos estaremos derrotadas. Dizíamos que nossa história é comum. Afirmativa não de todo verdadeira. As mesmas mulheres, num presídio afastado do mundo. Visitas dificultadas. As mesmas nós mesmas. Como se falássemos para o espelho. Para o reflexo de nossa própria imagem. Quase cinco anos de convivência fechada. Provavelmente nem o mais apaixonado dos casais conseguiu bater nosso record.

Novas companheiras revolucionam os dias. Alguns dias. Individualidades diferentes, hábitos, interesses, temperamentos que vêm por um pouco de tempero aqui entre a gente. De repente, da mesma forma que chegaram elas se vão. Resta novamente chéguas, nossos hábitos, interesses, temperamentos e a saturação da comida em água e sal.

Nova Feira da Providência para trabalhar. Uma gosta de costurar, outra não.

Vamos voltar a cuidar do jardim? Temos uma coisa para escrever hoje, é sobre Bangu, escreve você. Não, estou sem condições, escreva você, mas como? Novamente sobre Bangu, isolamento, como explicá-lo? Compile cartas suas, as que você escreveu e não mandou. E, talvez, usando uma forma literária qualquer... mas hoje é daqueles sábados que a gente fica feito leão na jaula sem saber pra onde abanar a cauda, as mãos e as patas.

Visita dá stress, elas se foram, amanhã tem mais. Visita especial, cinco pra cada uma concedida três vezes ao ano. E agora, onde pôr as mãos? Tem que escrever, abriram um espaço pra nós no boletim do CBA. Sobre Bangu. Novamente? Forma literária. Eu queria é saber onde desaguar meu stress. Há situação mais stressante que cadeia, há situação igual, em que só resta abanar as mãos, muito comportadamente, porque não há muito espaço para desaguar stress. Há que se manter a compostura — num sábado qualquer, na rua, você pode até tomar umas e outras, mas na cadeia, por que isso é possível não dá. A gente além de estar preso é preso político, tem que manter a compostura, e a gente consegue.

Não ouvi isso em tom de elogio ontem, de uma presa comum, "você duas a gente vê que carregam o peso da responsabilidade nos ombros". Mas tem que escrever. Formas literárias. Até poeta a

gente tem que ser com hora marcada. Tentemos. Amanhã é visita, hora marcada pra ver amigos (aqueles que têm permissão prá vir), hora marcada pra se mostrar alegre, e a gente consegue. Porque não é preciso muito esforço para manter a alegria-compostura de dia de visita.

E que o mundo de repente vem nos visitar. E o mundo traz alegria. E muita tensão também. O mundo não é só alegria... e vivemos a doença de um, o desemprego do outro, a depressão do terceiro. Nos dias de visita que há visita. Bangu é longe, visitas são cortadas. As cinco e meia o mundo vai embora. Tensio, ele também. Alegre, ele também. E as cinco e trinta e cinco a gente nunca sabe onde pôr as mãos. A gente nunca sabe onde colocá-las. O bolso é sempre o mesmo.

No cenário de concreto, paredes e móveis, luz elétrica que não se altera, não demonstra a nuance que há nas cores, o revelar sutil de cada nova hora do dia ou da noite. As mudanças, quando há, são bruscas. Como o som de abrir e fechar portas. Nessa paisagem de silêncio. Não, há uma mulher presa no pavilhão ao lado. Há um som contínuo, uma canção de amor ou saudade. Mas as coisas estão melhorando. Antes, nem aos domingos o mundo vinha. Só os parentes, manhã de sábado, e eles também já eram espelho.

A gente brigou. A gente não é apenas

testemunha e vítima. A gente brigou. Destronou o paternalismo dos carcereiros. Impôs nossa presença no sistema penitenciário. Reconhecimento público e administrativo de nossa existência. Foram precisos 20 dias de greve de fome. Não saímos de Bangu como precisávamos, mas já não somos aquele punhado de mulheres confinadas no pavilhão lá do fundo.

O cenário é o mesmo, de concreto e silêncio, mas não somos mais figuras de fundo, somos protagonistas. Protagonistas, não espectador e vítima. Protagonistas na luta pela sobrevivência pessoal, coletiva e popular. A tática de aniquilamento não nos destruiu psicologicamente. E tem vezes que até nos surpreendemos com nossa capacidade de resistência, quando ela se renova nos momentos em que já parecia quase esgotada.

Deve estar redobrando, triplicando mesmo. Porque hoje, mais do que no ano passado, estamos dispostas a lutar. Pela nossa sobrevivência individual. Pela nossa sobrevivência coletiva enquanto presos políticos. Pela sobrevivência de um povo, do qual fazemos parte e de cuja capacidade de resistência compartilhamos. Com muita honra. Com muito orgulho. Nesse mês de setembro de 1978, agora e sempre.

Jessie Jane e Norma Sá Pereira
Presídio Talavera Bruce — Bangu

de fora

Temos recebido muitas cartas de exilados políticos brasileiros, das quais selecionamos os seguintes trechos sobre a questão da "volta dos exilados":

● de *Lucio Flavio Requeira (Tocha)*, um dos 70 banidos para o Chile em dezembro de 1970, atualmente na órbita Paris-Estocolmo, anunciando sua volta para o próximo mês de janeiro:

"... a minha decisão de voltar veio depois de uma série de discussões com várias pessoas, e a opinião geral é que se entre por todas as brechas abertas, que não se jogue só no papel dos comitês de anistia ou no movimento da sociedade civil brasileira a questão da luta democrática. Se todas as pessoas com processos brandos voltarem, o governo terá que resolver o problema de estar com as cadeias cheias de novo, de alguma forma. Aceitar o pacote de reformas no que concerne à queda do banimento não significa necessariamente fazer o jogo da ditadura."

● de *Cid de Queiroz Benjamin*, um dos 40 banidos para a Argélia em junho de 1970, atualmente em Estocolmo:

"... O documento de Paris não é ruim. Em outras palavras: ele pode até estar sendo usado como um trunfo pelos que defendem a não-volta, mas não diz, em momento algum, que a volta dos que podem fazê-lo isola os demais e enfraquece a luta. Ele centra na necessidade de se lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita e desmente a notícia da "volta em massa", no que faz bem, pois ela não é verdadeira. Teria sido melhor se o documento explicitasse uma posição favorável à volta de quem pode, legalmente (que, aliás, penso ser a posição atualmente predominante por aqui); mas ele também não dá armas a quem é contra isso. É possível até que esse documento tenha sido redigido para servir de desmentido à notícia da "volta em massa". Bom, afastado esse fantasma do documento de Paris, a única questão que fica em discussão é sobre a conveniência

ou não da volta de quem pode. No mais, acho que as posições de vocês são sensatas e corretas."

● de *César de Queiroz Benjamin*, expulso do Brasil em setembro de 1976, atualmente em Estocolmo:

"... Os exilados não têm organismos representativos capazes de falar por eles nessas questões, de modo que ninguém pode dizer que tal ou qual é a posição "dos exilados", ou mesmo da maioria. Mesmo os comitês agrupam, em geral, uma minoria cujo ponto de unidade são campanhas bem precisas de denúncia da ditadura militar e de apoio às lutas daí. O movimento mais forte aqui fora no setor mais saudável é o da volta, e os comitês têm apoiado. Nunca vi ninguém teorizando politicamente a não-volta. Quanto ao raciocínio sobre a não-volta, ele tem sua lógica, mas é exatamente a lógica da velha doença infantil que, no fim das contas, para evitar os riscos reais da política abdica na prá-

tica de fazer política, reencontrando uma fácil coerência entre a tática e a estratégia ao nível do próprio discurso, e não do movimento social real. E o x do problema está aí. Seguindo a própria lógica da não-volta, a esquerda não deveria ir para dentro dos sindicatos enquanto a estrutura sindical não mudar, nem pro parlamento, etc., limitando-se a definir e divulgar objetivos inalcançáveis em cada momento preciso, isto é, à função da propaganda. Ora, é evidente que a propaganda só é eficaz se estiver ligada à política e fizer parte dela. O problema então é, tendo uma política de conjunto, não abrir mão dela em função de ocupar alguns espaços a mais, ao mesmo tempo, ocupar todos os espaços possíveis — mesmo os mais limitados — que o avanço do movimento permite, e transformá-los em pontos de apoio do impulsionamento do movimento e da política."

cartas. fala o leitor

A carta que segue é o documento de Paris a que os companheiros acima se referem:

Paris, agosto de 1978.

Prezados Companheiros

A imprensa brasileira vem seguidamente divulgando notícias onde se anuncia o retorno iminente de milhares de exilados brasileiros.

Frente à isto, nós, do Comitê Brasileiro pela Anistia de Paris queremos esclarecer os fatos e a nossa posição.

Quanto aos fatos; o anunciado retorno em massa, dos exilados não existe — a in-

formação é equivocada. Realmente alguns companheiros que encontravam-se no exterior por temor à perseguições políticas tem retornado ao país sobretudo à partir do início deste ano. Este número tende a aumentar, mas não passa e dificilmente passará de uma pequena parcela dos exilados.

Estes casos, relativamente isolados, de retorno de companheiros são o fruto, é claro, do avanço das lutas pelas liberdades democráticas. O reforçamento dos setores democráticos obrigou o recuo do regime em muitos aspectos, criando condições para a reintegração de alguns de nós.

Queremos no entanto lembrar que es-

tes retornos não se fazem sem riscos. Ameaças e intimidações tem sido o primeiro contacto dos exilados com o Brasil, ao desembarcarem.

Para a grande maioria dos exilados, as condições para o retorno não estão ainda conquistadas. Somente uma anistia geral e irrestrita para todos os presos, perseguidos, exilados e banidos permitirá a volta de todos nós. Somente uma anistia geral e irrestrita para todos os presos, perseguidos, exilados e banidos permitirá a volta de todos nós. Somente um regime democrático, das resguardadas, como a todo o povo, das resguardadas do aparelho policial-militar que nos torturou, prendeu, obrigou-nos à clandest-

tinidade e ao exílio e, mais que tudo, assassinou tantos companheiros.

A luta por esses objetivos maiores — anistia geral e irrestrita e democracia — se reforça com cada vitória parcial, com a conquista do direito ao passaporte, com o retorno em segurança de cada exilado. Mas é no esforço comum dos Comitês pela Anistia e do movimento democrático e popular no Brasil que lograremos conquistar o retorno à um Brasil livre e democrático.

Com todo nosso apoio,

Comitê Brasileiro pela Anistia
— Paris.